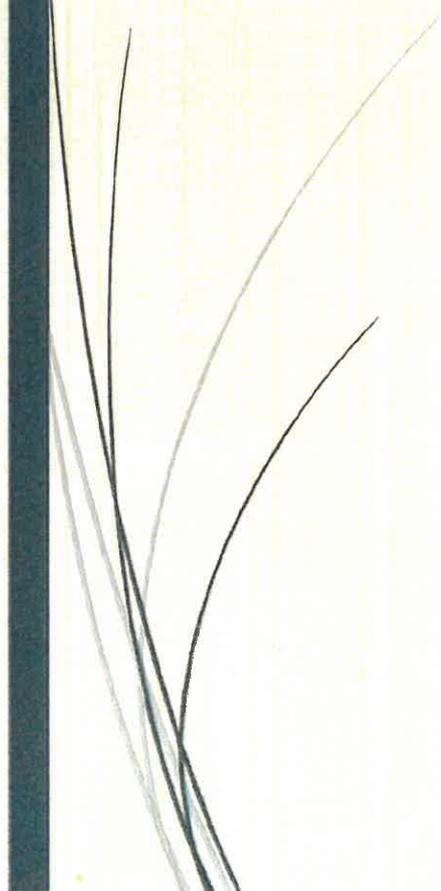




Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Relatório e Contas 2024



ÍNDICE

1.	Introdução	1
2.	A Sociedade	2
3.	Enquadramento	3
4.	Atividades realizadas em 2024	4
4.1.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação de Santa Maria	4
4.2.	Hotéis da Graciosa e das Flores	5
4.3.	Campos de Golfe	5
4.3.1	Campos de Golfe da Batalha e Furnas	6
4.3.2	Campo de Golfe da Terceira	6
4.3.3	Exploração dos Espaços de Restauração e Eventos	7
5.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	8
5.1.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	8
5.2.	Linha de Crédito Açores Investe II	8
5.3.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	9
5.4.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	9
5.5.	Programa de Estabilização do Emprego (PEE)	10
5.6.	Programa de Valorização do Emprego (PVE)	11
6.	Funcionamento e Financiamento da Atividade	12
7.	Recursos Humanos	12
8.	Análise das Contas	13
9.	Investimento	16
10.	Situação Financeira	16
10.1.	Dados Económico-Financeiros	16
10.2.	Indicadores Económico-Financeiros	17
11.	Perspetivas Futuras	17
12.	Proposta de aplicação de resultados	18
13.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício	18
14.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	18
15.	Referências diversas	18
16.	Contas	20
16.1.	Balanço em 31 de dezembro de 2024	21

DD

32.	Disposições Legais	56
33.	Eventos subsequentes	57
34.	Mapas Orçamentais	58
34.1.	Demonstração do desempenho orçamental	59
34.2.	Demonstração da Execução Orçamental da Receita	61
34.3.	Demonstração da Execução Orçamental da Despesa	63
34.4.	Alterações Orçamentais da Receita	65
34.5.	Alterações Orçamentais da Despesa	67
35.	Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	69

AD

16.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza/ Funções em 31 de dezembro de 2024	22
16.3.	Demonstração de Alterações no Património Líquido	24
16.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
16.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras	27
1.	Identificação da Entidade	28
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	28
3.	Principais Políticas Contabilísticas	29
4.	Fluxos de Caixa	40
5.	Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	40
6.	Ativos Tangíveis	40
7.	Ativos Intangíveis	41
8.	Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	42
9.	Ativos por impostos diferidos	43
10.	Inventários	43
11.	Clientes	43
12.	Outros créditos a receber	44
13.	Estado e Outros Entes Públicos	46
14.	Diferimentos	46
15.	Variações na rubrica de Património Líquido	47
16.	Capital Subscrito	47
17.	Reservas Legais	48
18.	Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido	48
19.	Financiamentos Obtidos	49
20.	Fornecedores	50
21.	Outras Dívidas a Pagar	50
22.	Rédito	51
23.	Subsídios à exploração	51
24.	Fornecimentos e Serviços Externos	52
25.	Gastos com o Pessoal	52
26.	Outros Rendimentos e Ganhos	53
27.	Outros Gastos e Perdas	53
28.	Gastos e Rendimentos Financeiros	54
29.	Garantias prestadas	55
30.	Imposto sobre o Rendimento do exercício	55
31.	Partes relacionadas	56

AD

1. Introdução

A Ilhas de Valor S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pela Resolução n.º 177/2005, de 24 de novembro, tendo sido efetuada a escritura pública em 29 de dezembro de 2005 e o seu correspondente registo comercial na Conservatória de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, onde está sediada a empresa.

O capital social é de 9 milhões de euros, distribuída pelos seguintes acionistas:

- **A Região Autónoma dos Açores: 50,56% - 4.550.000,00 euros**
- **O Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico: 49,44% - 4.450.000,00 euros**

No ano de 2024, durante o quarto trimestre ocorreram alterações na composição dos órgãos sociais, pelo que se apresentam os órgãos de acordo com dois momentos:

1. Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Vassili Plesov, solicitou renúncia do cargo 31/12/2024;

Vice-Presidente: Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros;

Secretário: Maria do Sameiro Mesquita Gabriel.

2. Membros do Conselho de Administração

Presidente: Frederico Paulo dos Reis Índio Matias Tavares, solicitou renúncia do cargo 31/12/2024;

Vogal Não Executivo: Pedro Costa Aguiar Ribeiro da Costa, solicitou renúncia do cargo 31/12/2024;

Vogal Não Executivo: Marco André Forjaz Rendeiro, solicitou renúncia do cargo 31/12/2024;

Vogal Executiva: Aida Maria Melo Amaral, nomeada por cooptação no dia 30/12/2024.



3. Fiscal Único e respetivo suplente

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, (ROC n.º 199).

Fiscal Suplente – Catarina Isabel Furtado Pacheco, (ROC n.º 1365).

Representante da Região Autónoma dos Açores: Rogério Gomes Moitoso

Representante do Fundo Regional de Apoio à Coesão de Desenvolvimento

Económico: Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia

2. A Sociedade

A sociedade tem por **objeto social**:

1. O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
2. A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
 - b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
3. A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
 - a) Reforço do capital de um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;



- b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
 - d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.
4. A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.
5. Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

3. Enquadramento

A Ilhas de Valor, S.A., enquanto entidade pública de âmbito regional, desempenha um papel estratégico na promoção da coesão territorial e no apoio ao tecido empresarial local, através da disponibilização de instrumentos financeiros com condições preferenciais. Este suporte revelou-se particularmente relevante durante períodos de adversidade económica na Região Autónoma dos Açores.

A sua missão consiste em atuar como um instrumento de execução de políticas públicas, com especial enfoque em territórios caracterizados por menor dinamismo económico, onde as condições de mercado vigentes não permitem, ainda, assegurar níveis de rentabilidade adequados ao investimento privado.

Importa igualmente referir que a Região Autónoma dos Açores foi pioneira à escala global na obtenção da certificação internacional como destino turístico sustentável, atribuída por uma entidade acreditada pelo Conselho Global de Turismo Sustentável.

4. Atividades realizadas em 2024

A atividade desenvolvida em 2024 pela Ilhas de Valor, S.A., seguiu o proposto no Plano de Atividades e Orçamento, com destaque para o cumprimento nos principais domínios da atividade que desenvolve.

O presente Relatório e Contas foi elaborado pelo atual Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., em funções desde 30 de dezembro de 2024. Importa salientar que os membros do atual órgão de administração não exerceram funções durante o exercício económico de 2024, não tendo, por isso, responsabilidade direta sobre a gestão desenvolvida nesse período. Ainda assim, este documento foi preparado com base na informação disponível à data, procurando refletir com rigor e transparência os factos relevantes e a atividade desenvolvida ao longo do referido exercício.

4.1. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria)

Ao longo do ano de 2024, a INCUBA+ Santa Maria promoveu diversas reuniões de acompanhamento aos projetos em desenvolvimento na incubadora de empresas, bem como dinamizou várias atividades de convívio entre os empreendedores, com o objetivo de fomentar a promoção interna, a divulgação e o networking. Entre essas iniciativas, destaca-se o evento INCUBA Christmas Tea.

Paralelamente, realizaram-se múltiplas reuniões com entidades locais e externas, com vista ao fortalecimento de relações institucionais e à promoção de eventuais parcerias. A incubadora recebeu ainda visitas de diversas turmas e cursos profissionais da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, promovendo o contacto dos jovens com o ecossistema empreendedor local.



A INCUBA+ Santa Maria marcou igualmente presença em diversos eventos de relevância, nomeadamente no Fórum de Empresas “Gestão no Feminino”, na inauguração da sede da Agência Espacial Portuguesa, no aniversário do Instituto Pedro Nunes (realizado em Coimbra) e no V Encontro da Rede de Incubadoras dos Açores, que teve lugar na ilha do Faial.

As nossas instalações acolheram ainda várias formações e workshops promovidos por entidades externas e privadas, assim como eventos de particular importância para a ilha de Santa Maria e para a Região Autónoma dos Açores. Destacam-se, neste âmbito, os concursos CanSat (11.º CanSat Portugal 2025 e 2.º CanSat Júnior Açores 2025) organizados pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, em parceria com a ESERO e a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço), bem como o Fórum “Valores do Desporto”, promovido pela Direção Regional do Desporto.

4.2. Hotéis da Graciosa e das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. detinha os hotéis da Graciosa e das Flores, infraestruturas com um papel relevante no reforço da oferta turística das respetivas Ilhas e com um contributo significativo para o desenvolvimento socioeconómico regional, numa área estratégica para a diversificação e crescimento sustentado da economia açoriana.

O imóvel correspondente ao Hotel da Graciosa foi alienado em 13 de dezembro de 2024 pelo montante de 1.835.000 euros e o imóvel correspondente ao Hotel das Flores foi alienado em 09 de dezembro de 2024 pelo montante de 1.300.000 euros.

4.3. Campos de Golfe

A Ilhas de Valor, S.A., possui os três campos de golfe nos Açores, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O golfe é uma atividade que complementa a oferta turística nos Açores. Entende-se que esta atividade é de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sendo fundamental continuar com o conceito “Azores Golf Islands”, integrando todos os campos num plano estratégico único.

4.3.1. Campos de Golfe da Batalha e Furnas

A Ilhas de Valor, S.A. explora, desde março de 2010, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A..

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então o funcionamento da atividade dos referidos campos. A atividade destas infraestruturas consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Os campos de golfe possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

No entanto, perante a insolvência da Verdegolf, a Ilhas de Valor, S.A. adquiriu em 2019 os dois campos de golfe, conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores e deliberado pela Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..

À semelhança do ano anterior tem-se dado continuidade à reparação e conservação de diversos buggies, bem como de alguns equipamentos afetos à atividade do golfe

4.3.2. Campo de Golfe da Terceira

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração do campo de golfe da Terceira com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira, não estando incluída a *ClubHouse*, e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores.

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2022 de 13 de junho de 2022, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. ficou incumbida de assumir, em dezembro de 2022, a propriedade plena do Campo de Golfe, e respetivas infraestruturas.

4.3.3. Exploração dos espaços de restauração e eventos

A Ilhas de Valor, S.A. tem, nas suas infraestruturas de golfe, espaços dedicados à exploração de restauração e eventos.

Na sequência dos resultados negativos desta operação, procedeu-se, no ano de 2023, ao lançamento de Procedimentos de Concurso Público para concessão dos espaços de eventos e restauração:

- a. Sala de eventos do Campo de Golfe da Batalha
- b. Restaurante do Campo de Golfe das Furnas
- c. Restaurante do Campo de Golfe da Terceira
- d. Sala de eventos do Campo de Golfe da Terceira

Os espaços afetos aos campos de golfe da Batalha, nomeadamente o “Bar Social”, a sala de eventos e as duas salas do campo de golfe da Terceira, foram concessionados a partir do terceiro trimestre de 2023. O Restaurante das Furnas não foi objeto de concessão na mesma ocasião, em virtude da inexistência de propostas apresentadas. Face a esta circunstância, a Ilhas de Valor, S.A. decidiu manter a exploração direta do referido espaço, bem como do “Bar do Golfista”, situado no campo de golfe da Batalha.

No início do segundo semestre de 2024, a Ilhas de Valor, S.A. procedeu à concessão do Restaurante das Furnas, através da abertura de um novo Concurso Público. Em simultâneo, foi também concedido, por ajuste direto, o espaço denominado “Bar do Golfista” ao mesmo concessionário do “Bar Social” e da sala de eventos do Campo de Golfe da Batalha.



5. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

5.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2023	4.713.428,85
Montante Debitado em 2024	0,00
Montante em Dívida em 31/12/2024	115,29

5.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 7 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2023	11.042.471,89
Montante Debitado em 2024	1.596,22
Montante em Dívida em 31/12/2024	124.883,79



5.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 14 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2023	11.460.980,31
Montante Debitado em 2024	1.134,10
Montante em Dívida em 31/12/2024	151.094,35

5.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento. Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo

aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 24 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2023	8.801.390,64
Montante Debitado em 2024	7.165,88
Montante em Dívida em 31/12/2024	435.211,34

5.5. Programa de Estabilização do Emprego (PEE)

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento

por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2023	231.830,99
Montante Debitado em 2024	142,27
Montante em Dívida em 31/12/2024	9.721,96

5.6. Programa de Valorização do Emprego (PVE)

Em 2012, no âmbito do PVE, a Ilhas de Valor, S.A. concedia apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis.

O apoio destinava-se a empresas em risco, de setores diretamente afetados pelas dificuldades associadas à falta de liquidez, geradas pelo impacto da crise financeira com sede na RAA.

Foram concedidos empréstimos no montante de 9,6 Milhões de euros correspondentes a 171 candidaturas.

No entanto várias empresas entraram em incumprimento, com algumas destas em situação de insolvência, PER, com dívidas ao Estado ou em incumprimento da obrigação da manutenção dos postos de trabalho.

No ano de 2024, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu como reembolso das empresas apoiadas o montante de 534.620,94 euros.

Este procedimento irá manter-se no ano de 2025, por forma a garantir o reembolso das empresas devedoras. Adicionalmente, será reforçado o recurso aos mecanismos de execução fiscal, nomeadamente através do incremento dos processos de penhora dirigidos às entidades devedoras. No âmbito deste reforço, será igualmente considerada



a possibilidade de extensão das diligências de penhora fiscal aos sócios ou representantes legais que tenham subscrito os termos de responsabilidade, nos casos em que se verifique a sua corresponsabilidade pelas obrigações em dívida. Esta medida visa assegurar uma maior eficácia na recuperação dos montantes em falta e promover uma cultura de responsabilidade e cumprimento das suas obrigações.

6. Funcionamento e Financiamento da Atividade

No que concerne às Fontes de Financiamento, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu, no ano de 2024, por conta do Contrato Programa a celebrar com a RAA para financiamento do Plano de Atividades e de Investimentos, assim como, para custos inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do mesmo, o montante de 2,2 milhões de euros.

7. Recursos Humanos

A Ilhas de Valor, S.A. terminou o ano de 2024 com 68 trabalhadores ao serviço da empresa, distribuídos pelos campos de golfe, INCUBA+ e serviços partilhados:

Local	Departamento	# Colaboradores	
Campo Golfe Batalha	Administrativo e Recepção Batalha	2	28
	F&B Batalha	0	
	Golfe Batalha	10	
	Manutenção Batalha	16	
Campo Golfe Furnas	Administrativo e Recepção Furnas	1	13
	F&B Furnas	0	
	Golfe Furnas	2	
	Manutenção furnas	10	
Campo Golfe Terceira	Administrativo Terceira	3	17
	Golfe Terceira	5	
	Manutenção Terceira	9	
Incubadora	Santa Maria	3	3
Serviços Partilhados	Administração	1	7
	Administrativos Gerais	3	
	Compras	1	
	Diretor Administrativo Financeiro	1	
	Secretariado	1	

8. Análise das Contas

A 31 de dezembro de 2024 a empresa apresentou os seguintes resultados:

Ilhas de Valor, S.A.
Demonstração Individual dos Resultados por Natureza
Período findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	22	1 160 656,43	1 302 780,10
Subsídios à exploração	23	2 039 859,36	3 552 464,50
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(17 773,12)	(28 194,72)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(265 987,45)	(394 959,89)
Fornecimentos e serviços externos	24	(498 829,35)	(457 318,49)
Gastos com o pessoal	25	(1 520 326,00)	(1 548 419,51)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		437 279,44	297 372,41
Outros rendimentos	26	396 915,70	186 475,76
Outros gastos	27	(7 079 681,04)	(141 722,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5 347 886,03)	2 768 477,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(539 248,30)	(460 445,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5 887 134,33)	2 308 031,77
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3 096,58	881,57
Juros e gastos similares suportados	28	(579 505,22)	(542 282,70)
Resultado antes de impostos		(6 463 542,97)	1 766 630,64
Imposto sobre o rendimento do período	30	(43,00)	(289 446,11)
Resultado líquido do período		(6 463 585,97)	1 477 184,53

As Receitas atingiram os 1,16 milhões de euros, representando uma redução em cerca de 142 mil euros (10,9%) face ao ano de 2023. O CMVMC atingiu os 266,0 mil euros reduziu 128,9 mil euros alinhado com a redução das receitas. A Margem Bruta foi de 22%, uma redução em de 8 p.p. vs 2023.

Os Custos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) ascenderam a 498,8 mil euros, representando um aumento de 41,5 mil euros face ao ano anterior. As principais rubricas que contribuíram para isso foram as rubricas de Estudos, Pareceres e Projetos com um valor de 78,6 mil euros, adicionalmente, registaram-se encargos acrescidos com honorários totalizando 75,8 mil euros, nomeadamente a contratação de apoio jurídico, totalizando 43 mil euros. Estes fatores contribuíram para o agravamento dos custos, ainda que mitigado pelas medidas de redução adotada.

Os Gastos com Pessoal totalizaram 1,5 milhões de euros, refletindo uma redução de 1,8% face ao ano de 2023. Esta diminuição resultou, essencialmente, da redução do número de colaboradores, decorrente das concessões dos restaurantes realizadas ao longo de 2024. Importa, ainda assim, referir que este decréscimo ocorreu apesar do aumento dos encargos associados à atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) para o ano de 2024.

Na rubrica de Imparidades de dívidas a receber registou-se um aumento das reversões de 139,9 mil euros essencialmente pela recuperação de valores do Programa de Valorização do Emprego.

Em Outros Rendimentos e Ganhos registou-se um aumento de 210,4 mil euros em relação ao ano de 2023 deve-se essencialmente, pela imputação de subsídios ao investimento.

Em outros Gastos e Perdas registou-se um valor de 7,08 milhões de euros, motivado pela venda dos hotéis das Flores e da Graciosa. Não dispensando uma análise mais detalhada nos anexos às Demonstrações Financeiras, apresentamos os principais valores associados às vendas dos hotéis:

Imóveis	Valor Aquisição	Valor Construção	Valor Registrado Imobilizado	Valor de Venda	Menos-Valia
Hotel das Flores	208 871,00	6 270 149,21	4 507 384,01	1 300 000,00	(3 207 384,01)
Hotel da Graciosa	323 566,52	6 840 664,99	5 459 863,08	1 835 000,00	(3 624 863,08)
TOTAL	532 437,52	13 110 814,20	9 967 247,09	3 135 000,00	(6 832 247,09)

No âmbito do Contrato Programa para a Coesão, foram transferidos 2,2 milhões de euros, valor inferior ao recibo em 2023 que foi de 3,5 milhões, muito por via da venda dos hotéis que originam uma receita extraordinária, permitindo assim à Ilhas de Valor, S.A. cumprir com as suas obrigações financeira sem necessidade de recorrer a verbas provenientes de Contratos Programa.

As Amortizações e Depreciações atingiram os 539,2 mil euros, representando um aumento de 17 % *versus* o ano de 2023.

Os Encargos Financeiros foram de 579,5 mil euros, correspondendo a um aumento de 37,2 mil euros, esse aumento está essencialmente relacionado com o aumento das taxas de juros, uma vez que não existiu aumento do endividamento.

O Balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentava-se conforme o quadro seguinte:

Ilhas de Valor, S.A.
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	2024	2023
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	15 027 605,31	25 358 410,07
Ativos intangíveis	7	5 131,15	5 594,58
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	404 010,97	421 784,09
Outros ativos financeiros		841 610,46	839 210,46
Total dos Ativos Não Correntes		16 278 357,89	26 624 999,20
Inventários	10	104 116,01	113 294,24
Clientes	11	76 017,06	67 099,81
Estado e outros entes públicos	13	142 713,65	-
Outros créditos a receber	12	2 458 742,39	3 331 694,52
Diferimentos	14	9 688,37	5 235,80
Caixa e depósitos bancários	4	2 035 422,64	105 129,17
Total dos Ativos Correntes		4 826 700,12	3 622 453,54
TOTAL DO ATIVO		21 105 058,01	30 247 452,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	15/16	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	15/17	905 123,68	831 264,45
Resultados transitados	15	4 847 612,61	3 384 212,65
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	15/18	1 666 296,14	1 798 440,82
Resultado líquido do período		(6 463 585,97)	1 477 184,53
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		9 955 446,46	16 491 102,45
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	19	6 963 726,78	9 467 840,85
Total dos Passivos Não Correntes		6 963 726,78	9 467 840,85
Fornecedores	20	97 224,81	118 079,62
Estado e outros entes públicos	13	38 877,81	231 414,67
Financiamentos obtidos	19	2 571 317,98	2 360 010,28
Outras dívidas a pagar	21	1 473 990,17	1 565 970,31
Diferimentos	14	4 474,00	13 034,56
Total dos Passivos Correntes		4 185 884,77	4 288 509,44
TOTAL DO PASSIVO		11 149 611,55	13 756 350,29
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		21 105 058,01	30 247 452,74



9. Investimento

Em 2024 foram investidos 153,1 mil euros entre a recuperação de equipamentos afetos aos diversos campos de golfe do campo de golfe da Batalha, bem como, a reparação de algumas viaturas de serviço. Foi adquirido em 2024 equipamento para manutenção do campo de golfe da Batalha bem como Buggies e baterias.

Durante o ano de 2024 foi adquirido diversos materiais para ser alugado aos nossos utilizadores.

10. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa do exercício de 2024 face ao ano de 2023, verifica-se que existe redução do Património Líquido muito condicionada pela venda dos Hotéis das Flores e da Graciosa, conforme melhor detalhado nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

10.1. Dados Económico-Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa.

	2024	2023
Total de Proveitos	4 037 807,51	5 339 974,34
Volume de Negócios	1 160 656,43	1 302 780,10
Resultados Financeiros	(576 408,64)	(541 401,13)
EBIT (Resultados Operacionais)	(5 887 134,33)	2 308 031,77
EBITDA (Cash-flow Operacional)	(5 347 886,03)	2 768 477,29
Resultados Antes de Impostos	(6 463 542,97)	1 766 630,64
Resultado Líquido do Exercício	(6 463 585,97)	1 477 184,53
Rendibilidade dos Capitais Próprios	(64,93%)	8,96%
Rendibilidade das Vendas	(556,89%)	113,39%
Liquidez Geral	115,31%	84,47%
Autonomia Financeira	47,17%	54,52%
Solvabilidade	89,29%	119,88%
Endividamento	52,83%	45,48%



Como se pode observar no quadro anterior, a empresa registou um aumento do seu nível de endividamento, que passou de 45,5% em 2023 para 52,8% em 2024 muito condicionada pelo redução do ativo.

10.2. Indicadores Económico-Financeiros (quadro não atualizado)

	2024	2023
Rendibilidade operacional	(507,22%)	177,16%
Rendibilidade Financeira	(64,93%)	8,96%
Rendibilidade Económica	(30,63%)	4,88%
Grau de alavanca operacional	(6,72%)	19,52%
Grau de alavanca financeira	91,08%	130,65%

11. Perspetivas Futuras

Conforme previamente anunciado pelo acionista, a Ilhas de Valor, S.A. dará início, no decorrer do ano de 2025, à Alienação dos Campos de Golfe: Em 2025, a empresa iniciará os preparativos para um Concurso Público com o objetivo de vender os campos de golfe nos Açores a uma entidade privada ou, alternativamente, celebrar um contrato de cessão de exploração. A decisão será baseada no que for mais vantajoso para a Região Autónoma dos Açores e para a própria empresa.

Um dos objetivos prioritários do atual Conselho de Administração, é em melhorar o acompanhamento dos processos de cobrança no âmbito do Programa de Valorização do Emprego (PVE). Com atenção especial aos casos de incumprimento, buscando maximizar a recuperação de créditos e o pagamento das dívidas, utilizando mecanismos de execução fiscal quando necessário, aos mecanismos de execução fiscal sobre os devedores e respetivos sócios.

No que concerne à INCUBA+, este Conselho de Administração pretende potenciar e dinamizar a Incubadora INCUBA+ em Santa Maria, promovendo a inovação, o empreendedorismo e a criação de valor para a ilha. A ilha é reconhecida como um centro de "Ciência e Tecnologia Espacial", e a incubadora deve desenvolver estratégias

inovadoras para fortalecer a sua presença nesse setor, visando uma rentabilidade significativa no futuro.

12. Proposta de aplicação de resultados

Conforme consta da demonstração da posição financeira e demonstração de resultados, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em 6.463.585,97 euros (seis milhões, quatrocentos sessenta três mil, quinhentos e oitenta cinco euros e noventa e sete cêntimos).

Face ao exposto e nos termos da lei, o Conselho de Administração propõe que do resultado líquido do exercício apurado, seja transferido para resultados transitados.

13. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

14. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

15. Referências diversas

O Conselho de Administração considera de justiça expressar os seus mais sinceros agradecimentos a:

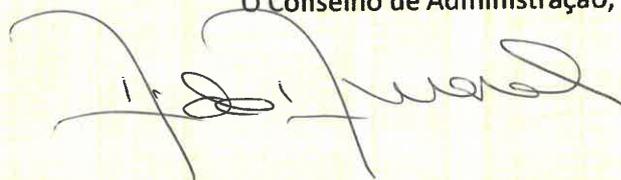
- **A todos os trabalhadores e colaboradores da Ilhas de Valor, S.A.** pelo empenho, dedicação e competência com que desempenham as suas funções, contribuindo de forma significativa para o sucesso e evolução da empresa.
- **Aos acionistas da empresa,** pelo contínuo apoio e confiança que demonstram, o que tem sido fundamental para a implementação e concretização das estratégias de crescimento e desenvolvimento da Ilhas de Valor, S.A.

- **Aos nossos clientes, às Instituições de Crédito, fornecedores e demais stakeholders,** pelo apoio contínuo e pela confiança depositada na empresa, o que fortalece as relações e permite alcançar os objetivos estabelecidos com sucesso.

Este reconhecimento reflete a importância de todos os envolvidos no percurso da empresa, cuja colaboração tem sido essencial para o progresso da Ilhas de Valor, S.A. e para a realização dos seus projetos futuros.

Vila do Porto, 10 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



16. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

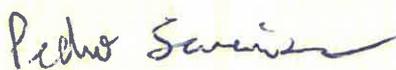
16.1. Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

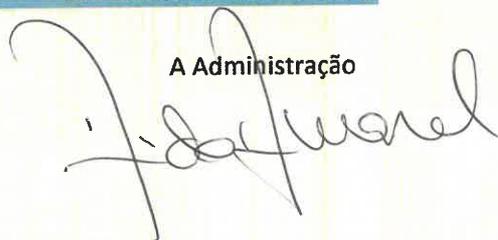
(Euros)

RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	15 027 605,31 €	25 358 410,07 €
Ativos intangíveis	7	5 131,15 €	5 594,58 €
Participações financeiras	8	404 010,97 €	421 784,09 €
Outros ativos financeiros		841 610,46 €	839 210,46 €
		16 278 357,89 €	26 624 999,20 €
Ativo corrente			
Inventários	10	104 116,01 €	113 294,24 €
Clientes, contribuintes e utentes	11	76 017,06 €	67 099,81 €
Estado e outros entes públicos	13	142 713,65 €	0,00 €
Outras contas a receber	12	2 458 742,39 €	3 331 694,52 €
Diferimentos	14	9 688,37 €	5 235,80 €
Caixa e depósitos bancários	4	2 035 422,64 €	105 129,17 €
		4 826 700,12 €	3 622 453,54 €
Total do ATIVO		21 105 058,01 €	30 247 452,74 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	15 / 16	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Reservas	15 / 17	905 123,68 €	831 264,45 €
Resultados transitados	15	4 847 612,61 €	3 384 212,65 €
Ajustamentos em ativos financeiros	15 / 18	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Outras variações no Património Líquido	15 / 18	1 683 040,46 €	1 815 185,14 €
Resultado líquido do período		-6 463 585,97 €	1 477 184,53 €
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		9 955 446,46 €	16 491 102,45 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	6 963 726,78 €	9 467 840,85 €
		6 963 726,78 €	9 467 840,85 €
Passivo corrente			
Fornecedores	20	97 224,81 €	118 079,62 €
Estado e outros entes públicos	13	38 877,81 €	231 414,67 €
Financiamentos obtidos	19	2 571 317,98 €	2 360 010,28 €
Outras contas a pagar	21	1 473 990,17 €	1 565 970,31 €
Diferimentos	14	4 474,00 €	13 034,56 €
		4 185 884,77 €	4 288 509,44 €
Total do Passivo		11 149 611,55 €	13 756 350,29 €
Total do Património Líquido e Passivo		21 105 058,01 €	30 247 452,74 €

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração



16.2. Demonstração dos Resultados por Natureza / Funções

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	(Euros)	
		2024	2023
Vendas	22	149 684,93 €	167 571,41 €
Prestações de serviços	22	1 010 971,50 €	1 135 208,69 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	2 039 859,36 €	3 552 464,50 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-17 773,12 €	-28 194,72 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-265 987,45 €	-394 959,89 €
Fornecimentos e serviços externos	24	-498 829,35 €	-457 318,49 €
Gastos com pessoal	25	-1 520 326,00 €	-1 548 419,51 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		437 279,44 €	297 372,41 €
Outros rendimentos e ganhos	26	396 915,70 €	186 475,76 €
Outros gastos e perdas	27	-7 079 681,04 €	-141 722,87 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-5 347 886,03 €	2 768 477,29 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-539 248,30 €	-460 445,52 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		-5 887 134,33 €	2 308 031,77 €
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3 096,58 €	881,57 €
Juros e gastos similares suportados	28	-579 505,22 €	-542 282,70 €
Resultado antes de impostos		-6 463 542,97 €	1 766 630,64 €
Imposto sobre rendimento do período	30	-43,00 €	-289 446,11 €
Resultado líquido do período		-6 463 585,97 €	1 477 184,53 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Saraiva

A Administração

F. de Jesus

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
Período findo em 31 de dezembro de 2024

		(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	22	1 160 656,43 €	1 302 780,10 €
Custo das vendas e serviços prestados	10	-764 816,80 €	-852 278,38 €
	Resultado Bruto	395 839,63	450 501,72
Outros rendimentos		2 874 054,50 €	4 036 312,67 €
Gastos de distribuição		-539 248,30 €	-460 445,52 €
Gastos administrativos		-1 520 326,00 €	-1 548 419,51 €
Outros gastos		-7 097 454,16 €	-169 917,59 €
	Resultado operacional (antes de depreciações e gastos de financiamento)	-5 887 134,33 €	2 308 031,77 €
Gastos de financiamento (líquidos)	28	-576 408,64 €	-541 401,13 €
	Resultado antes de impostos	-6 463 542,97 €	1 766 630,64 €
Imposto sobre rendimento do período	30	-43,00 €	-289 446,11 €
	Resultado líquido do período	-6 463 585,97 €	1 477 184,53 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Sampaio

A Administração

Adriano

16.3. Demonstração de Alterações no Património Líquido

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, NO PERÍODO N-1

	Notas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
		Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de CP	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras Reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total																																																																																									
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N		9 000 000,00 €	0,00 €	895 000,00 €	0,00 €	0,00 €	4 541 903,94 €	-15 744,32 €	0,00 €	1 847 078,53 €	252 286,94 €	16 802 477,99 €																																																																																									
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																																																																																																					
Primeira Adoção de nova referencial contabilístico												0,00 €																																																																																									
Alterações de políticas contabilísticas												0,00 €																																																																																									
Diferença de conversão de demonstrações financeiras												0,00 €																																																																																									
Realização de excedentes de reavaliação												0,00 €																																																																																									
Excedentes de revalorização e respectivas variações	15	0,00 €	0,00 €	26 264,45 €	0,00 €	0,00 €	-1 257 691,29 €	0,00 €	-31 843,39 €	-525 286,94 €	-1 786 599,17 €																																																																																										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				26 264,45 €	0,00 €	0,00 €	-1 257 691,29 €	0,00 €	-31 843,39 €	-525 286,94 €	-1 786 599,17 €																																																																																										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																																																																																																					
RESULTADO INTEGRAL	8-22F	0,00 €	0,00 €	26 264,45 €	0,00 €	0,00 €	-1 257 691,29 €	0,00 €	-31 843,39 €	951 895,59 €	-311 376,64 €																																																																																										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																																																																																																					
Realizações de Capital / Património				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €																																																																																									
Entradas para cobertura de perdas				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €																																																																																									
Outras Operações				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €																																																																																									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	6-1-20+4-5	9 000 000,00 €	0,00 €	831 264,45 €	0,00 €	0,00 €	3 384 212,65 €	-16 744,32 €	0,00 €	1 815 185,14 €	1 477 184,53 €	16 493 102,35 €																																																																																									

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Severina

A Administração

Filipe F. F. F. F.

16.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
do período findo em 31 de dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
(Euros)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 414 936,37 €	1 517 806,23 €
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a Fornecedores		-1 076 687,90 €	-1 114 209,95 €
Pagamentos ao Pessoal		-1 409 052,89 €	-1 386 548,00 €
Caixa gerado pelas operações		-1 070 804,42 €	-982 951,72 €
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento		-198 507,55 €	-61 439,92 €
Outros Recebimentos / Pagamentos		649 938,59 €	195 976,69 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-619 373,38 €	-848 414,95 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-184 528,10 €	-152 074,35 €
Ativos Intangíveis		-184 528,10 €	-152 074,35 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		3 135 000,00 €	
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos Similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		2 950 471,90 €	-152 074,35 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		2 142 850,00 €	613 672,11 €
Real. capital e outros instrumentos de CP			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento		2 205 001,00 €	3 620 000,00 €
		4 347 851,00 €	4 233 672,11 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-4 113 906,37 €	-2 790 317,01 €
Juros e Gastos Similares		-634 749,68 €	-398 808,25 €
Dividendos			
Reduções capital e outros instrumentos de CP			
Outras Operações de Financiamento		-4 748 656,05 €	-3 189 125,26 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-400 805,05 €	1 044 546,85 €
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	4	1 930 293,47 €	44 057,55 €
Efeitos das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	4	105 129,17 €	61 071,62 €
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	2 035 422,64 €	105 129,17 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Soares

A Administração

F. de Jesus

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, NO PERÍODO N

Posição no início do período N	Alterações							Resultado Líquido do Período	Total		
	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de CP	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras Reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos em ativos financeiros			Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido
1	9 000 000,00 €	0,00 €	831 264,45 €	0,00 €	0,00 €	3 384 232,85 €	-18 744,32 €	0,00 €	1 815 183,14 €	1 477 184,53 €	16 491 102,85 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira Adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização e respectivas variações											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
2	0,00 €	0,00 €	73 859,23 €	0,00 €	0,00 €	1 463 399,96 €	0,00 €	0,00 €	-153 533,72 €	-1 477 184,53 €	0,00 €
3	0,00 €	0,00 €	73 859,23 €	0,00 €	0,00 €	1 463 399,96 €	0,00 €	0,00 €	-153 533,72 €	-1 477 184,53 €	-93 450,06 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4=2+3	0,00 €	0,00 €	73 859,23 €	0,00 €	0,00 €	1 463 399,96 €	0,00 €	0,00 €	-153 533,72 €	-7 940 770,90 €	-6 557 645,03 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de Capital / Património											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras Operações											
5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
6=1-2+4+5	9 000 000,00 €	0,00 €	905 123,68 €	0,00 €	0,00 €	4 847 632,81 €	-18 744,32 €	0,00 €	1 661 651,42 €	-6 463 585,97 €	9 934 107,82 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Roberto Sena

A Administração

F. de F. Vareda

AD

16.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico - 2024

1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima exclusivamente de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua de Ponta Delgada s/n, na zona do Aeroporto, Vila do Porto – Ilha de Santa Maria. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, a gestão da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial da Ilha de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria) e ainda o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de

E
AD

Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

B
DD

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rúbricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.



A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

B
DD

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos

significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua



condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

3.11.1 Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.



3.11.2 Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo

B
AD

valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as

variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.



Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2 214,36 €	2 890,30 €
Depósitos bancários	2 033 208,28 €	102 238,87 €
	2 035 422,64 €	105 129,17 €

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos e Outros Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO								
A 1 de janeiro de 2024	7 766 853,80 €	21 646 067,37 €	2 080 547,61 €	64 902,75 €	253 183,61 €	321 750,67 €	0,00 €	32 133 285,81 €
Aquisições		28 322,08 €	139 945,12 €			4 350,00 €		172 617,20 €
Transferências e Alienações / Abates	532 437,52 €	13 721 190,58 €	539 062,40 €	64 902,75 €	168 069,43 €	308 203,10 €		15 333 865,78 €
A 31 de dezembro de 2024	7 234 416,01 €	7 953 198,87 €	1 681 430,33 €	0,00 €	85 094,18 €	17 897,57 €	0,00 €	16 972 037,03 €
DEPRECIACIONES ACUMULADAS								
A 1 de janeiro de 2024	0,00 €	4 508 942,54 €	1 457 179,42 €	64 902,75 €	234 896,43 €	308 954,38 €	0,00 €	6 774 875,54 €
Dotações / Reforço		435 628,25 €	92 654,16 €		5 436,00 €	2 456,46 €		536 174,87 €
Anulação / Reverso		4 317 188,57 €	508 567,67 €	64 902,75 €	168 082,01 €	307 877,69 €		5 366 618,69 €
A 31 de dezembro de 2024	0,00 €	627 382,22 €	1 241 265,91 €	0,00 €	72 250,88 €	3 533,15 €	0,00 €	1 944 431,72 €
Valor Líquido Contabilístico	7 234 416,08 €	7 325 816,65 €	440 164,42 €	0,00 €	12 843,74 €	14 364,42 €	0,00 €	15 027 605,31 €

A variação nos ativos fixos tangíveis resume-se ao desreconhecimento do imobilizado relativo à venda do Hotel Graciosa e Hotel Flores, que até à data se encontravam em exploração pela Fundação Inatel.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO						
A 1 de janeiro de 2023				395 561,60 €		395 561,60 €
Aquisições				1 085,00 €	1 525,00 €	2 610,00 €
Transferências e Abates						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	396 646,60 €	1 525,00 €	398 171,60 €
DEPRECIACIONES ACUMULADAS						
A 1 de janeiro de 2023				389 967,02 €		389 967,02 €
Dotações / Reforço				3 073,43 €		3 073,43 €
Anulação / Reverso						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	393 040,45 €	0,00 €	393 040,45 €
Valor Líquido Contabilístico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 606,15 €	1 525,00 €	5 131,15 €



8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	663 732,32 €	60,87%	404 010,97 €

	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	-29 198,70 €	60,87%	-17 773,12 €

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Participação Capital - MEP	Suprimentos	Total
A 1 de janeiro de 2023	449 982,03 €	780 837,52 €	1 230 819,55 €
Ganhos / Perdas	-28 194,72 €		-28 194,72 €
Outros movimentos no capital	-3,22 €		-3,22 €
Dividendos recebidos			
Empréstimos concedidos		51 732,01 €	51 732,01 €
A 31 de dezembro de 2023	421 784,09 €	832 569,53 €	1 254 353,62 €
Ganhos / Perdas	-17 773,12 €		-17 773,12 €
Outros movimentos no capital			
Dividendos recebidos			
Empréstimos concedidos		2 400,00 €	
A 31 de dezembro de 2024	404 010,97 €	834 969,53 €	1 238 980,50 €

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição em 17.773,12 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2024, passando o seu valor de 1.254.353,62 euros para 1.238.980,50 euros.
- O valor da participação financeira era de 421.784,09 euros em 2023, face aos ajustamentos em 2024 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 404.010,97 euros.
- Na rubrica de participações financeiras, acresce o valor de empréstimos concedidos pela Ilhas de Valor, S.A. à subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda., cujo saldo a 31/12/2024 era de 834.969,53 euros.

- Em 31 de dezembro de 2024 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Ativos por impostos diferidos

Não aplicável, não existem impostos diferidos reconhecidos na entidade.

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	64 168,35 €	80 697,94 €
Matérias primas, Subsidiárias e de Consumo	39 947,66 €	32 596,30 €
	104 116,01 €	113 294,24 €

	31/12/2024			31/12/2023		
	Mercadorias	Matérias primas	Total	Mercadorias	Matérias primas	Total
Saldo Inicial 1 de janeiro	80 697,94 €	32 596,30 €	113 294,24 €	84 208,60 €	12 627,32 €	96 835,92 €
Regularizações	15 685,70 €		15 685,70 €	27 198,20 €		-27 198,20 €
Compras	69 142,19 €	171 981,33 €	241 123,52 €	291 463,20 €	147 153,21 €	438 616,41 €
Custo de vendas	-101 357,48 €	-164 629,97 €	-265 987,45 €	-267 775,66 €	-127 184,23 €	-394 959,89 €
Saldo final 31 de dezembro	64 168,35 €	39 947,66 €	104 116,01 €	80 697,94 €	32 596,30 €	113 294,24 €

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2024, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 265.987,45 euros (em 2023: 394.959,89 euros).

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

B
DD

	31/12/2024	31/12/2023
Cientes conta corrente	76 017,06 €	67 099,81 €
Cientes - títulos a receber		
Cientes - factoring		
Cientes Cobrança Duvidosa		
	76 017,06 €	67 099,81 €
Perdas por Imparidade Acumuladas		
	76 017,06 €	67 099,81 €

Em 2024, não foi contabilizada qualquer constituição ou reversão da imparidade.

12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Hotel Angrasol - Aval (1)	58 376,98 €	188 376,98 €
Diversos	7 085,56 €	8 738,32 €
Fundo Contragarantia - Linhas Açores Investe e Açores Empresas		546 409,00 €
Linha Açores Investe II	124 883,79 €	181 237,44 €
Linha Reestruturação I	115,29 €	400,51 €
Linhas Reestruturação II	120 913,14 €	130 378,98 €
Linha Reestruturação III	435 211,34 €	458 865,76 €
Programa Estabilização Emprego	9 721,96 €	20 608,28 €
Linhas Diversas	30 181,21 €	30 181,21 €
Linhas de Crédito PVE	1 672 253,12 €	1 766 498,04 €
	2 458 742,39 €	3 331 694,52 €

- (1) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 euros à CEMAH – Caixa Económica da

Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 euros/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 euros e em 2022 o valor de 90.000,00 euros. Em 2023 a mensalidade aumentou para 15.000 euros, tendo a Angrasol pago 13 prestações no montante total de 195.000 euros. Em 2024 foi pago um total acordado de 130.000,00 euros, estando previsto em 2025 o pagamento do valor final em falta.

- (2) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março. Apesar desta prorrogação do prazo, verificou-se que existia um grande nível de incumprimento dos reembolsos estabelecidos. Durante o ano de 2023 e 2024 verificou-se um trabalho exaustivo por parte da direção em cobrar os valores que eram devidos, resultando este esforço num recebimento de cerca de 500.000 euros nestes dois anos, na concretização de inúmeros acordos de pagamentos que irão permitir receber nos próximos anos uma quantia ainda superior a 2024. e na identificação e contabilização das imparidades realmente existentes.



13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	137 586,00 €	
Imposto s/ Valor Acrescentado	5 127,65 €	0,00 €
	142 713,65 €	0,00 €
Passivo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	43,00 €	197 182,99 €
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Singulares	8 434,81 €	176,13 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	0,00 €	6 192,06 €
Contribuições p/ Segurança Social	30 400,00 €	27 863,49 €
Outros Impostos		
	38 877,81 €	231 414,67 €
	103 835,84 €	-231 414,67 €

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos por conta	137 586,00 €	29 343,00 €
Retenções na Fonte	0,00 €	0,00 €
Estimativa IRC (nota 30)	43,00 €	0,00 €
	137 629,00 €	29 343,00 €

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica diferimentos - Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos (Ativo)	9 688,37 €	5 235,80 €
Valores a faturar		
Seguros e outros serviços	9 688,37 €	5 235,80 €
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
Diferimentos (Passivo)	4 474,00 €	13 034,56 €
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração a reconhecer	4 474,00 €	13 034,56 €
Outros rendimentos a reconhecer		



15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Capital Subscrito	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Ações (quotas) Próprias		
Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Prémios de Emissão		
Reservas	905 123,68 €	831 264,45 €
Legais	905 123,68 €	831 264,45 €
Outras		
Resultados Transitados	4 847 612,61 €	3 384 212,65 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Excedentes de Revalorização		
Outras Variações no Capital Próprio	1 683 040,46 €	1 815 185,14 €
Resultados	-6 463 585,97 €	1 477 184,53 €
	9 955 446,46 €	16 491 102,45 €

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 16.491.102,45 euros em 2023 passa para 9.955.446,46 euros em 2024, principalmente pelo reflexo da menos valia apurada dos hotéis das Flores e da Graciosa.

16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	N.º de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00 €

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	N.º de Ações	Capital Social	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00 €	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00 €	49,44%
	1 800 000	9 000 000,00 €	100,00%

17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	Total
A 1 de janeiro de 2023	-16 744,32 €	1 847 028,53 €	1 830 284,21 €
Reconhecimento de subsídio		74 633,94 €	74 633,94 €
Amortização de subsídio		-111 965,00 €	-111 965,00 €
Ajustamento por imposto		5 487,67 €	5 487,67 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2023	-16 744,32 €	1 815 185,14 €	1 798 440,82 €
Reconhecimento de subsídio		173 702,20 €	173 702,20 €
Amortização de subsídio		-328 619,76 €	-328 619,76 €
Ajustamento por imposto		22 772,88 €	22 772,88 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2024	-16 744,32 €	1 683 040,46 €	1 666 296,14 €

B
DD

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 973 083,78 €	2 128 001,34 €
Ajustamento por imposto (nota 21)	-290 043,32 €	-312 816,20 €
	1 683 040,46 €	1 815 185,14 €

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31/12/2024		31/12/2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	232 970,02 €	0,00 €	232 970,00 €	93 188,03 €
Santander Totta - Graciosa	309 108,42 €	0,00 €	309 108,42 €	123 643,37 €
Santander Totta - Geral		0,00 €	0,00 €	116 054,76 €
Novo Banco dos Açores (A)	1 350 000,00 €	0,00 €	1 350 000,00 €	675 000,00 €
Novo Banco dos Açores (B)	2 668 571,42 €	1 334 285,72 €	4 002 857,14 €	-
Bankiter	0,00 €	712 032,26 €	688 866,83 €	697 124,12 €
CEMAH CGIT	2 140 576,92 €	262 500,00 €	2 359 038,46 €	262 500,00 €
BPG CCGIT	262 500,00 €	262 500,00 €	525 000,00 €	262 500,00 €
CCC NBA		0,00 €	-	130 000,00 €
	6 963 726,78 €	2 571 317,98 €	9 467 840,85 €	2 360 010,28 €

Os financiamentos acima indicados, tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.



As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores conta corrente	97 224,81 €	118 079,62 €
Fornecedores receção e conferência	-	-
	97 224,81 €	118 079,62 €

Verificou-se assim uma redução de cerca de 18% de dívidas a fornecedores no decorrer de 2024.

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de Investimentos	0,00 €	0,00 €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	182 849,96 €	169 092,72 €
Acréscimo Juros a Liquidar	193 172,13 €	234 407,06 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	0,00 €	0,00 €
Linhas de Crédito Bancos	722 476,73 €	821 672,18 €
Ajustamento em Subsídios	290 043,32 €	312 816,20 €
Outras contas a pagar	85 448,03 €	27 982,15 €
	1 473 990,17 €	1 565 970,31 €

A salientar a redução do total de outras dívidas a pagar, resultante do esforço da entidade em liquidar empréstimos linhas de crédito ao longo do ano 2024.

B
DD

22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
	1 160 656,43 €	1 302 780,10 €
Vendas de Mercadorias	149 684,93 €	167 571,41 €
Prestações de Serviços	1 010 971,50 €	1 135 208,69 €

Em 2024, verifica-se uma ligeira diminuição nas vendas e prestações de serviços, comparativamente ao ano de 2023, explicado pelo facto de em 2024 já não existir a exploração do restaurante. De salientar que o impacto na redução dos gastos (CMVMC e FSE) é muito superior à redução dos rendimentos.

23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
	2 039 859,36 €	3 552 464,50 €
Contrato-programa - Coesão	2 031 298,80 €	3 545 366,06 €
Apoios ao Emprego	8 560,56 €	7 098,44 €

Em 2024, a Ilhas de Valor recebeu o montante de 2.205.001,00 euros no âmbito do contrato-programa assinado com a RAA, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 173.702,20 euros de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.031.298,80 euros destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que

foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração. De salientar que mais uma vez, a entidade reduziu o montante necessário a ser transferido pela região para fazer face ao seu funcionamento.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	12 840,11 €	15 888,70 €
Serviços Especializados	257 981,17 €	210 845,95 €
Materiais	13 596,84 €	12 348,47 €
Energia e Flúidos	116 071,28 €	148 428,60 €
Deslocações, estadas e transpor	7 823,89 €	12 606,92 €
Serviços diversos	90 516,06 €	57 199,85 €
	498 829,35 €	457 318,49 €

Registou-se um aumento em fornecimentos e serviços externos durante o ano de 2024, quando comparado com o ano anterior, motivado essencialmente pelos serviços legais contratados no âmbito do processo de venda dos hotéis da Graciosa e das Flores.

25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2024 e 2023, foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos órgãos sociais	68 610,40 €	60 433,39 €
Remunerações do pessoal	1 141 206,41 €	1 156 491,04 €
Encargos sobre remunerações	267 592,49 €	274 944,18 €
Indemnizações	30 780,54 €	40 760,87 €
Seguros	9 807,65 €	15 151,63 €
Outros gastos com pessoal	2 328,51 €	638,40 €
	1 520 326,00 €	1 548 419,51 €

A rubrica de gastos com pessoal, apesar do aumento do salário mínimo e do pagamento de indemnizações, sofreu uma ligeira redução em 2024. É a expectativa da entidade que

em 2025 essa redução se mantenha, concretizando a política de reestruturação de gastos aplicada nos últimos dois anos.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Subsídios Investimento		
PO 2020 - Incubadora Empresas	41 424,24 €	41 424,28 €
Contrato-programa Coesão 2020	19 493,76 €	16 003,14 €
Contrato-programa Coesão 2021	39 817,71 €	20 086,07 €
Contrato-programa Coesão 2022	154 223,71 €	31 942,35 €
Contrato-programa Coesão 2023	65 798,16 €	2 509,16 €
Contrato-programa Coesão 2024	7 862,18 €	
Outros rendimentos e ganhos	68 295,94 €	74 510,76 €
	396 915,70 €	186 475,76 €

Dos 396.915,70 euros contabilizados em outros proveitos, 328.619,76 euros dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 41.424,28 euros, e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa "Coesão" de 2020, de 2021, 2022, 2023 e de 2024 no valor de 287.195,52 €euros. Restantes proveitos resultam de proveitos residuais.

27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos ocorridos em outros gastos e perdas, excluindo o método de equivalência patrimonial (nota 8), foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	61 903,50 €	72 694,65 €
Taxas	2 431,30 €	4 848,01 €
Ganhos e perdas em subsidiária:	17 773,12 €	28 194,72 €
Doações		-
Outros gastos e perdas	7 015 346,24 €	64 180,21 €
	7 097 454,16 €	169 917,59 €



Verificou-se um aumento muito significativo nesta rubrica, essencialmente resultante da venda dos hotéis da Graciosa e das Flores, em que foi registada uma menos valia na venda no montante total de 6.832.247,09. Apesar dos hotéis terem sido vendidos pelo valor atual de mercado, apurado por avaliador independente e certificado, o valor contabilístico dos mesmos era muito superior ao valor de venda, o que originou um gasto significativo na entidade, e consequentemente responsável pelo resultado negativo no período.

28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e rendimentos similares obtidos	3 096,58 €	881,57 €
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares	3 096,58 €	881,57 €
Juros e rendimentos similares suportados	579 505,22 €	542 282,70 €
Juros suportados	540 317,35 €	501 306,06 €
Outros gastos e perdas de financiamento	39 187,87 €	40 976,64 €
Resultados financeiros	-576 408,64 €	-541 401,13 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros significativos.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos. O aumento destes gastos está diretamente relacionado com a aquisição do campo de golfe da ilha Terceira e dos financiamentos assumidos no momento da transição.



29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2024 atingiam um valor de 1.748.672,70 euros (em 2023 – 2.163.454,33 euros), sendo que a esta data existe incumprimento relativamente ao financiamento com a garantia de 1.480.797,26 euros.

30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto s/ rendimento corrente	43,00 €	197 182,99 €
Imposto s/ rendimento diferido	0,00 €	62 920,12 €
	43,00 €	260 103,11 €

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de imposto	-6 463 542,97 €	1 766 630,64 €
Diferenças temporárias		
Diferenças permanentes	-80 991,69 €	-139 226,73 €
MEP	-17 773,12 €	-28 194,72 €
Outros	-63 218,57 €	-111 032,01 €
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal	-6 382 551,28 €	1 905 857,37 €
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
Imposto	0,00 €	280 161,03 €
Pagamentos por Conta	137 586,00 €	29 343,00 €
Derrama Municipal		
Derrama Estadual	0,00 €	8 523,00 €
Tributação Autónoma	43,00 €	762,08 €
Imposto diferido	0,00 €	62 920,12 €
Imposto s/ Rendimento	43,00 €	289 446,11 €
Taxa efetiva de imposto	0,00%	16,38%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	0,0%	0,0%
Derrama Estadual		
1.500.000 < LT ≤ 7.500.000	2,40%	2,10%
7.500.000 < LT ≤ 35.000.000	4,00%	3,50%
LT > 35.000.000	7,20%	6,30%

31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

31.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela Ilhas de Valor, S.A.

31.2. Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2024 cifrou-se em 11.136 euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

31.3. Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2024 e 2023 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com a subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. são de 834.969,53 euros e de 832.569,53 euros, respetivamente.

32. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

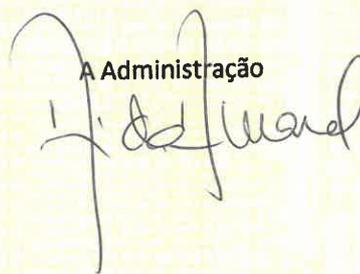
33. Eventos subsequentes

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2024 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração



AA

34. Mapas Orçamentais

34.1. Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (A)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ANTEIROS		
	Saldo de gerência anterior						101.873,95	51.316,40
	Operações orçamentais [1]	100.873,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100.873,95	0,00
	Restituição do saldo de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					4.255,22	4.255,22	4.255,22
	Recarga corrente							
R1	Recarga fiscal	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subunidades de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Benefícios de propriedade	61.930,42	0,00	0,00	0,00	0,00	61.930,42	18.102,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exteriores - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.257.158,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.257.158,67	1.479.832,32
R7	Outras receitas correntes	1.283,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283,30	0,00
	Recarga de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	2.205.000,00	0,00	0,00	0,00	2.205.000,00	3.620.000,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	2.205.000,00	0,00	0,00	0,00	2.205.000,00	3.620.000,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	2.205.000,00	0,00	0,00	0,00	2.205.000,00	3.620.000,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exteriores - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	4.408.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.408.432,00	609.758,63
	Outro							
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recarga efetiva [2]	5.823.065,01	2.205.000,00	0,00	0,00	0,00	8.028.065,01	1.708.306,63
	Recarga não efetiva [3]	2.242.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.242.850,00	121.354,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	2.142.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.142.850,00	121.354,00
	Soma [4]-[1]+[2]+[3]	8.077.505,01	2.205.000,00	0,00	0,00	0,00	10.282.505,01	1.929.660,63
	Recabimentos de operações de tesouraria [B]					297.925,62	297.925,62	116.462,31

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)						N-3
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALIENIGS	TOTAL	
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	1 562 110,25	0,00	0,00	0,00	1 562 110,25	1 566 134,71
D1.1	Remunerações Fixas e Permanentes	0,00	1 137 032,25	0,00	0,00	0,00	1 137 032,25	1 200 611,93
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	43 953,18	0,00	0,00	0,00	43 953,18	77 123,46
D1.3	Segurança social	0,00	376 124,82	0,00	0,00	0,00	376 124,82	307 399,32
D2	Aquisição de bens e serviços	119 731,91	50 379,26	0,00	0,00	0,00	170 111,17	1 236 724,34
D3	Juros e outros encargos	602 725,77	32 015,31	0,00	0,00	0,00	634 741,08	412 701,23
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	62 936,23	452 262,22	0,00	0,00	0,00	515 198,45	287 045,64
D6	Outras despesas correntes	112 124,21	225 414,23	0,00	0,00	0,00	337 538,44	328 738,29
Despesa de Capital								
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	2 400,00	0,00	0,00	0,00	2 400,00	51 731,01
D8	Outras despesas de capital	109 919,83	0,00	0,00	0,00	0,00	109 919,83	0,00
Despesa efetiva [5]		1 608 508,25	2 205 002,00	0,00	0,00	0,00	3 813 510,25	2 543 878,24
Despesa não efetiva [6]		4 425 656,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4 425 656,37	2 282 644,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	4 425 656,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4 425 656,37	2 282 644,00
Soma [7]-[9]+[6]		6 034 164,62	2 205 002,00	0,00	0,00	0,00	8 239 166,62	4 826 522,24
Pagamentos de encargos de tesouraria [C]						301 280,84	301 280,84	116 482,31
Saldo para gestão seguinte								
Operações orçamentais [8]-[4]-[7]		2 225 422,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2 225 422,64	200 873,93
Operações de tesouraria [D]-[A]+[8]-[C]						0,00	0,00	4 255,22
Saldo global [2]-[5]		4 227 958,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4 227 958,06	2 286 518,17
Despesa primária		1 001 784,18	2 173 965,23	0,00	0,00	0,00	3 175 749,41	1 110 377,09
Saldo corrente		-71 157,33	-2 205 601,00	0,00	0,00	0,00	-2 276 758,33	-1 963 508,24
Saldo de capital		4 299 112,19	2 205 601,00	0,00	0,00	0,00	6 504 713,19	4 189 026,41
Saldo primário		4 128 054,86	2 173 965,23	0,00	0,00	0,00	6 302 020,09	2 146 878,86
Receta total [1]+[2]-[3]		8 277 828,96	2 205 002,00	0,00	0,00	0,00	10 482 830,96	5 326 887,00
Despesa total [5]+[6]		6 034 164,62	2 205 002,00	0,00	0,00	0,00	8 239 166,62	4 826 522,24

34.2. Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita líquida	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e resultações		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		
Receitas Correntes												
R3	Receita fiscal											
R3.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R3.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37.020,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R4	Recebimentos de propriedade	37.020,20	3.350,00	74.301,23	0,00	66.930,42	0,00	0,00	2.310,00	64.620,42	66.930,42	6,27%
R5	Transferências Correntes											
RS.1	Administrações Públicas											
RS.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1.340.521,53	81.163,06	3.860.867,62	3.728,94	1.860.886,61	3.728,94	3.728,94	45.467,18	1.311.901,29	1.877.154,67	3,39%
R7	Outras receitas correntes	0,00	1.724,64	1.283,10	0,00	1.283,10	0,00	0,00	0,00	1.283,10	1.724,64	0,00%
Total das Receitas Correntes												
		1.860.862,78	87.204,82	1.436.261,94	3.728,94	1.829.352,19	3.728,94	3.728,94	47.777,38	1.327.894,31	1.829.411,19	3,44%
Receitas de Capital												
R8	Venda de bens de investimento											
R9	Transferências de Capital											
RS.1	Administrações Públicas											
RS.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.1.4	Administração Regional	4.100.000,00	0,00	2.200.001,00	0,00	2.200.001,00	0,00	0,00	0,00	2.200.001,00	2.200.001,00	0,00%
RS.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.2	Exterior - UE	546.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RS.1.3	Outras	513.255,18	956.374,00	3.819.484,58	0,00	4.405.432,82	0,00	1.198.365,96	3.211.866,86	3.211.866,86	3.211.866,86	602,31%
R10	Outras receitas de capital	2.179.654,31	956.374,00	6.016.405,08	0,00	6.016.405,08	0,00	0,00	1.198.365,96	5.416.807,96	6.016.405,08	23,36%
Total das Receitas de Capital												
		2.179.654,31	956.374,00	6.016.405,08	0,00	6.016.405,08	0,00	0,00	1.198.365,96	5.416.807,96	6.016.405,08	23,36%

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Recursos liquidados	Liquidações anuladas	Recursos cobrados bruta	Reembolsos e restituições		Recursos cobrados líquida				Grau exec. etc.		
							Emittido	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Período anterior	Período corrente		
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
R13	Passivos financeiros	2.500.000,00	0,00	2.142.850,00	0,00	2.142.850,00	0,00	0,00	0,00	2.142.850,00	2.142.850,00	2.142.850,00	0,00%	85,71%	85,71%
	Total das Receitas não efetivas	2.500.000,00	0,00	2.142.850,00	0,00	2.142.850,00	0,00	0,00	0,00	2.142.850,00	2.142.850,00	2.142.850,00	0,00%	85,71%	85,71%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
R14	Saldo de gerência anterior - operações operacionais	0,00	0,00	100.873,95	0,00	100.873,95	0,00	0,00	0,00	100.873,95	100.873,95	100.873,95	0,00%	0,00%	0,00%
	Total Geral (Recursos Correntes)	3.388.000,00	87.260,00	3.729,94	3.729,94	3.729,94	3.729,94	3.729,94	47.777,36	1.379.654,31	1.425.431,67	1.425.431,67	3,44%	94,25%	94,25%
	Total Geral (Rec. de Capital)	3.179.664,18	953.354,06	6.024.483,96	0,00	6.013.433,02	0,00	1.196.465,96	5.418.067,06	6.613.433,02	6.613.433,02	357.376,22	23,10%	100,58%	100,58%
	Total Geral (Recursos Não Efetivos)	2.500.000,00	0,00	2.142.850,00	0,00	2.142.850,00	0,00	0,00	0,00	2.142.850,00	2.142.850,00	2.142.850,00	0,00%	85,71%	85,71%
	Total Geral	9.017.714,91	1.043.522,06	9.794.461,87	3.729,94	10.296.318,90	3.729,94	3.729,94	1.244.943,36	9.029.246,53	10.292.559,94	443.644,50	13,77%	99,67%	99,67%

34.3. Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Rubrica	Descrição	Por objeto por. aut.	Obrigações Canceladas	Categorias / deactivadas	Compromissos	Obrigações	Disponibilizações para liquidação de responsabil.		Total	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grandes. III.	
							Período anterior	Período corrente				Período anterior	Período corrente
D1	Despesas com o pessoal	64.906,73	1.636.040,34	0,00	1.570.231,40	3.370.231,40	61.260,34	1.636.040,34	1.697.491,74	0,00	67.421,70	3,35%	88,00%
D1.1	Remunerações Fixas e Permanentes	39.434,40	1.118.670,37	0,00	1.129.040,37	1.158.846,02	19.174,31	1.137.665,66	1.137.665,66	0,00	22.836,67	1,98%	92,38%
D1.2	Alimentos Medicinos ou Eventuais	1.202,93	89.985,14	0,00	91.084,31	91.084,31	3.084,11	87.946,27	88.951,38	0,00	2.142,36	1,25%	91,62%
D1.3	Segurança social	41.169,40	339.964,71	0,00	339.247,72	339.247,72	44.146,02	295.101,70	296.335,68	0,00	43.844,62	32,48%	73,26%
D2	Aquisição de bens e serviços	80.334,44	1.824.626,03	0,00	863.304,41	863.304,41	79.826,36	783.478,05	863.304,41	1.151,88	70.012,60	7,77%	71,20%
D3	Juros e outras encargas	0,00	685.306,86	0,00	634.761,31	634.761,31	0,00	634.761,31	634.761,31	0,00	0,00	0,00%	92,60%
D4	Transferências correntes	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Administrações Públicas	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	10.514,78	545.100,00	0,00	137.776,24	517.710,14	0,00	545.100,00	515.250,26	0,00	27.549,80	0,00%	93,00%
D5	Subsídios	81.767,79	439.490,83	0,00	337.602,05	337.602,05	15.048,56	213.716,38	289.664,91	17.620,20	72.143,95	4,30%	83,00%
D6	Outras despesas correntes	352.102,14	4.343.431,54	0,00	3.933.887,58	3.933.887,58	349.881,39	3.933.887,58	3.933.887,58	18.794,46	231.806,46	3,80%	88,99%
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	4.343.431,54	0,00	2.409,20	2.409,20	0,00	2.409,20	2.409,20	0,00	0,00	0,00%	93,40%
D8	Outras despesas de capital	0,00	110.000,00	0,00	109.919,32	109.919,32	0,00	109.919,32	109.919,32	0,00	0,00	0,00%	91,93%
	Total das Despesas Correntes												
	Despesas de Capital												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	4.560.732,36	0,00	4.431.636,37	4.431.636,37	0,00	4.431.636,37	4.431.636,37	0,00	0,00	0,00%	94,52%
	Total das Despesas não refinanc.												
	Total das Despesas do Capital												
	Total das Despesas												

Rubrica	Descrição	Por pagar por. ant.	Dotações Corrigidas	Cálculos de reserva	Compromissos	Obrigações	Despesas a serem liquadas de remunerações			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Cronograma	
							Verbas atribuídas	Período corrente	Total			Verbas atribuídas	Por cento
	Total Geral (Despesas Correntes)	233 502,54	4 257 551,58	0,00	3 511 673,35	3 933 857,25	165 888,10	3 813 303,02	3 690 151,12	38 704,48	233 502,54	3,80%	84,99%
	Total Geral (Despesas Capatais)	0,00	114 333,02	0,00	113 315,83	113 315,83	0,00	113 315,83	312 319,83	0,00	0,00	0,00%	98,24%
	Total Geral (Despesas não afetadas)	0,00	4 590 713,35	0,00	4 625 652,37	4 625 652,37	0,00	4 625 652,37	4 425 654,37	0,00	0,00	0,00%	98,81%
	Total Geral	233 502,54	9 057 716,02	0,00	8 450 648,45	8 490 825,37	165 888,10	8 081 379,22	8 247 127,22	38 704,48	233 502,54	1,83%	89,11%


DD

34.4. Alterações Orçamentais da Receita

Rubrica	Descrição	Receitas				Prevididas Curtidas
		Prevididas Iniciais	Inscrições/Reservas	Alterações Orçamentais/Diminuições/Anulações	Curtidas Especiais	
Receitas Correntes						
R1	Receitas fiscais					
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistências de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxes, multas e outras penalizações	1 500,00	7 000,00	0,00	0,00	15 500,00
R4	Rendimentos da propriedade	1 000,00	14 000,00	0,00	0,00	37 000,00
R5	Transferências Correntes					
R5.1	Administrações Públicas					
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Estados - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	934 300,00	407 000,00	1 500,00	0,00	1 340 000,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das Receitas Correntes	940 700,00	448 000,00	1 500,00	0,00	1 340 000,00
Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital					
R9.1	Administrações Públicas					
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rubrica	Descrição	Recursos					Previsões Corrigidas
		Previsões Iniciais	Insuportos/ Substâncias	Alterações/ Disminuições/ Aumentos	Créditos Especiais		
89.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89.1.3	Outras	0,00	516.409,00	0,00	0,00	0,00	516.409,00
810	Outras receitas de capital	165.000,00	3.856.479,24	3.486.351,00	0,00	0,00	5.107.830,24
	Total das Receitas de Capital	165.000,00	3.856.479,24	3.486.351,00	0,00	0,00	5.107.830,24
812	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
813	Passivos financeiros	1.700.000,00	2.500.000,00	3.700.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
	Total das Receitas não afetadas	1.700.000,00	2.500.000,00	3.700.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
811	Reservação não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
814	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral (Recursos Corrigidos)	940.700,00	646.823,72	1.500,00	0,00	0,00	1.188.623,72
	Total Geral (Recursos Captais)	1.865.000,00	3.462.898,24	3.616.221,00	0,00	0,00	5.173.641,00
	Total Geral (Recursos Não Afetados)	2.765.000,00	2.960.000,00	3.740.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
	Total Geral	7.485.700,00	5.351.742,97	3.746.721,00	0,00	0,00	9.607.716,97

34.5. Alterações Orçamentais da Despesa

Rubrica	Descrição	Despesas				Dotações Corrigidas
		Dotações Iniciais	Inscrições/ Referços	Alterações Orçamentais Dotações/ Anulações	Créditos Especiais	
03	Despesas com pessoal	1 362 555,00	357 002,50	113 517,40	0,00	1 636 040,36
03.1	Remunerações Contas e Permanentes	1 004 365,00	179 683,10	63 875,88	0,00	1 210 070,33
03.2	Alugueres, Vendas ou Eventuais	40 600,00	67 785,84	12 480,70	0,00	95 985,34
03.3	Segurança social	257 600,00	108 535,55	37 150,83	0,00	329 984,77
02	Aquisição de bens e serviços	1 017 880,00	506 856,30	500 115,85	0,00	1 034 620,45
03	Outras despesas correntes	383 500,00	910 735,77	608 725,77	0,00	585 500,00
04	Transferências correntes	7 500,00	0,00	7 000,00	0,00	500,00
04.1	Administrações Públicas	7 500,00	0,00	7 000,00	0,00	500,00
04.1.1	Administração Central - Esado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1.2	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1.3	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1.4	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1.5	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.2	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.3	Outras	7 500,00	0,00	7 000,00	0,00	500,00
04.1.4	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.2	Subsídios	333 660,00	514 156,04	332 606,04	0,00	585 500,00
05	Outras despesas correntes	383 370,00	368 120,83	263 000,00	0,00	430 490,93
06	Total das Despesas Correntes	8 388 753,00	2 586 951,60	3 622 985,06	0,00	8 363 853,34
07	Despesas de Capital					
07.1.1.1	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.1.2	Administração Central - Estado português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.1.5	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	Outras despesas de capital	72 000,00	0,00	67 657,98	0,00	4 342,01
	Total das Despesas de Capital	72 000,00	510 000,00	1 360 000,00	0,00	1 360 000,00

Rubrica	Descrição	Despesa				Dotações Comportas
		Dotações iniciais	Inscrições/Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
	Total das Despesas de Capital	1 032 000,00	510 000,00	1 427 667,99	0,00	134 322,91
	Despesas não efetivas					
09	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010	Despesa com passivos financeiros	3 034 945,00	3 396 842,25	1 841 053,69	0,00	4 500 733,36
	Total das Despesas não efetivas	3 034 945,00	3 396 842,25	1 841 053,69	0,00	4 500 733,36
	Total Geral (Despesas Correntes)	3 398 755,00	1 586 881,60	1 622 865,06	0,00	4 362 851,64
	Total Geral (Despesas Capital)	1 032 000,00	510 000,00	1 427 667,99	0,00	114 322,91
	Total Geral (Despesas não efetivas)	3 034 945,00	3 396 842,25	1 841 053,69	0,00	4 500 733,36
	Total Geral	7 465 700,00	6 493 723,85	4 891 686,94	0,00	9 057 716,91

35. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2024

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2024.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2024, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

D. Giesta

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

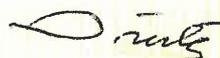
DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 16 de Abril de 2025

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Registado na CMVM com o n.º 20160190

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 21.105.058 euros e um total de património líquido de 9.955.446 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.463.586 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 10.282.590 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 8.247.167 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e de relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 -Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 16 de Abril de 2025



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)
Registado na CMVM com o nº 20160190

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

